

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Governo abre a porta ao fecho de cantinas e espaços comuns nas escolas

Directores de escolas consideram que medidas previstas pelo Governo só poderão ser aplicadas se os estabelecimentos de ensino encerrarem. Fesap diz que planos de contingência pecam “por tardios”



Clara Viana
e Sofia Rodrigues

O funcionamento de bares, cantinas, refeitórios e outros espaços de utilização comum das escolas e de todas as outras entidades da administração pública pode ser suspenso no caso de se considerar que esta medida possa impedir a propagação da Covid-19.

Esta é uma das determinações fixadas num despacho do Governo que foi publicado nesta segunda-feira à noite, no qual se “ordena aos empregadores públicos a elaboração de um plano de contingência no âmbito da prevenção e controlo de infecção por novo coronavírus [SARS-CoV-2]”.

“A suspensão do funcionamento das cantinas é irrealizável nas escolas. Se isso acontecer, sobretudo no interior, a maioria não terá aulas, porque os alunos não vão, se não existirem refeições”, comenta o director da Escola Secundária Eça de Queirós, na Póvoa do Varzim, José Eduardo Lemos. Para o também presidente do Conselho das Escolas, o organismo

que representa os directores junto do Ministério da Educação, a aplicação de medidas como as avançadas no despacho governamental levaria pura e simplesmente ao encerramento das escolas, como já aconteceu em Itália, no Japão e em vários outros países.

A escola de José Eduardo Lemos tem mais de mil alunos. Em quase todos os intervalos tem cerca de 600 na sala de convívio: “Não há maior agrupamento de pessoas do que num espaço destes.” Isto já sem referir as salas de aulas, cuja frequência leva a que nas escolas existam “centenas de reuniões por dia”. São tudo exemplos que o levam a afirmar que o diploma publicado nesta segunda-feira em *Diário da República* é mais “um despacho genérico que não tem em conta as especificidades das escolas”.

Seja como for, apela a que se tenha “calma”: “Vamos esperar e dar um passo de cada vez.”

“A suspensão do funcionamento de espaços comuns está num patamar superior àquele em que nos encontramos agora”, corrobora o presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP), Filinto Lima, embora

frisando que a adopção de medidas como esta também depende das características de “cada comunidade escolar”.

Quem é o empregador?

No diploma desta segunda-feira, assinado pelas ministras da Administração Pública, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde, o Governo dá um prazo de cinco dias úteis (até à próxima segunda-feira) para que os empregadores públicos cumpram esta obrigação, devendo enviar cópia dos seus planos de contingência à Direcção-Geral da Administração e Emprego Público.

O líder da Federação Nacional de Professores (Fenprof), Mário Nogueira, alerta para o seguinte: “No caso das escolas é o Ministério da Educação que é o empregador público e por isso é a ele que lhe compete entregar este plano e assegurar os meios necessários para o concretizar. E às escolas competirá operacionalizá-lo.”

A este respeito, tanto José Eduardo Lemos como Filinto Lima consideram que as escolas estão preparadas para elaborar esses planos, à semelhança do que já fizeram há dez anos,



DANIEL ROCHA

Restrições ao funcionamento das cantinas ou de outros espaços comuns das escolas são de difícil aplicação, avisam directores

foi conseguido na altura da gripe A, existirão escolas com sobras em armazém e que todas as outras terão de garantir que a lavagem de mãos possa ser feita sem ser só com água: “Como os desinfetantes estão esgotados, há escolas que estão a equipar-se com sabão, que sempre foi um bom anti-séptico.”

Já **Eduardo Lemos** duvida que “as escolas se consigam equipar num período de tempo tão curto”.

Também a Federação dos Sindicatos da Administração Pública (Fesap, afecta à UGT) se mostra céptica quanto à eficácia das medidas agora determinadas pelo Governo. “Pecam por tardias”, comentou o seu secretário-geral, José Abraão, em declarações ao *Jornal Económico*, realçando que, mais do que o anúncio de medidas, “o que importa agora é saber como os serviços vão operacionalizar os planos de contingência e até que ponto existem meios financeiros para adquirir os materiais necessários.

Os planos de contingência devem seguir as orientações que têm sido emanadas pela Direcção-Geral da Saúde”.

Num diploma desta direcção-geral estabelece-se que, “para garantir o normal funcionamento de cada serviço ou estabelecimento”, os empregadores públicos devem privilegiar “o recurso ao mecanismo do teletrabalho”. As soluções adoptadas para o efeito têm também de constar dos planos de contingência.

Ouvida ontem no Parlamento, a ministra da Saúde considerou que existe base legal para activar o isolamento obrigatório para suspeitos de Covid-19, apesar de reconhecer que o “quadro legal é difícil”, tendo conta a limitação prevista na Constituição, que só prevê esta medida em caso de anomalia psíquica.

Marta Temido assumiu, contudo, que tem “a opção de cativar a base 34 da Lei de Bases da Saúde” que prevê, entre outras medidas de excepção, que a autoridade de Saúde possa desencadear “o internamento ou a prestação compulsiva de cuidados de saúde a pessoas que, de outro modo, constituam perigo para a saúde pública”.

A ministra admitiu ainda ter havido falhas de comunicação sobre o combate ao novo coronavírus.

cviana@publico.pt
srodrigues@publico.pt

Costa antecipa-se a Marcelo e visita doentes de quarentena

Margarida Gomes

No mesmo dia em que o Presidente da República disse que, por vontade sua, “já lá estava”, próximo dos portugueses infectados pelo novo coronavírus, o primeiro-ministro deslocou-se ao Centro Hospitalar Universitário de São João, no Porto, mostrando que o executivo está preparado para enfrentar o problema. E também para deixar uma garantia: não faltará dinheiro para lidar com a epidemia. “Esse será o último dos problemas”, declarou António Costa, sossegando, assim, a Ordem dos Médicos, que pediu ao Governo uma linha de financiamento específica para a Covid-19, para que os hospitais tenham autonomia para responder à doença.

No Centro Hospitalar Universitário de São João, encontram-se internados dois dos quatro casos positivos diagnosticados em Portugal até ontem (há outro no Santo António, no Porto, e outro no Curry Cabral, em Lisboa). Durante a visita ao serviço de doenças infecciosas do São João, o primeiro-ministro comunicou com o primeiro doente ali diagnosticado com Covid-19, um homem de 33 anos, através de um vidro. O doente, que lhe revelou estar em bom estado de saúde, é um trabalhador da área da construção civil que foi internado depois de ter passado por Valência.

Questionado sobre as declarações de Marcelo na manhã de ontem, Costa desvalorizou-as: “O sr. Presidente da República nunca precisou da autorização do Governo para estar onde entenda que deva estar”, disse. “Nesta fase, o que está em causa é, sobretudo, algo que tem que ver com a função executiva”, disse o primeiro-ministro, indo ao encontro das afirmações de Marcelo, que defende que o Governo deve ter a “primazia” na gestão da epidemia Covid-19. Pouco depois, Marcelo decla-

rou em Lisboa que pretendia fazer uma visita a uma das unidades onde estão internados doentes infectados com o coronavírus.

Para António Costa, a função executiva “é organizar o sistema, preparar o sistema, verificar se o sistema está em condições, ver que medidas, eventualmente, são necessárias, adoptar para o caso de esta situação se agravar, verificar se as coisas estão a funcionar bem, se é preciso melhorar alguma articulação e isso são competências do Governo”.

Duas mil camas no SNS

Antes, o primeiro-ministro tinha garantido que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) tem “capacidade de resposta” através da reorganização dos seus serviços para uma eventual “grande expansão” do surto provocado pelo novo coronavírus. “Temos, no conjunto do país, 2 mil camas referenciadas como podendo estar reservadas a pessoas que sejam, exclusivamente, portadoras do coronavírus. Dessas 2 mil, temos 300 para cuidados intensivos. O próprio SNS, na sua esfera hospitalar, tem capacidade de expansão através da reorganização dos seus serviços”, precisou.

Consciente de que a situação pode complicar-se, Costa sublinhou que, “no caso de haver uma grande expansão [do vírus]”, haverá uma fase em que “muitos dos doentes que hoje estão internados – numa fase de contenção da epidemia – podem perfeitamente estar em isolamento na sua própria casa”. “Isto, porque, na generalidade dos casos, a sintomatologia é muito semelhante à sintomatologia das gripes”, referiu o chefe do Governo. Segundo explicou, o sistema terá de ter “a flexibilidade necessária para, no limite, só estar no hospital quem necessariamente e estritamente necessita de estar, o que será uma percentagem menor dos casos que possam vir a registar-se”.



mgomes@publico.pt

quando do surto da gripe A. “Poderá faltar alguma *expertise* técnica, mas por certo conseguirão elaborar linhas orientadoras para serem seguidas”, garante o director da Eça de Queirós. “E podemos contar, se necessário, com o apoio do centro de saúde”, adianta Filinto Lima.

Mais complicada poderá ser a aplicação de “medidas imediatas” referidas pela Direcção-Geral de Saúde e que são recuperadas pelo Governo no seu despacho, como, por exemplo, a disponibilização de soluções anti-sépticas de base alcoólica para a lavagem de mãos. Filinto Lima lembra que, tal

Contacto profissional terá levado a infecção

Um dos dois casos positivos anunciados ontem pela Direcção-Geral da Saúde (DGS) é o de um homem de 60 anos que está internado no Hospital de São João, no Porto. Este homem, apurou o PÚBLICO, terá sido infectado pelo trabalhador da construção civil de 33 anos que está internado na mesma unidade e cujo resultado positivo foi anunciado ontem. O trabalhador da construção civil de 33 anos tinha estado em Valência, Espanha, e, numa situação de contacto profissional, terá infectado este

homem de 60 anos que ontem testou positivo. Quanto ao segundo caso confirmado ontem, o de outro homem de 37 anos internado no Hospital Curry Cabral, em Lisboa, o comunicado da DGS também refere que é uma situação com “ligação a caso confirmado para Covid-19”. Segundo o boletim epidemiológico da DGS, já foram testados 101 casos suspeitos. Os quatro infectados são homens, dois do Porto, um de Lisboa e outro de Coimbra, com idades entre os 33 e os 60 anos. **Alexandra Campos**